
**UMA ANÁLISE SOBRE O ENSINO E APRENDIZAGEM EM
LÓGICA MATEMÁTICA DE UM ALUNO SURDO NO ENSINO
SUPERIOR PÚBLICO EM CAMPO GRANDE/MS**

Jaqueline Ferreira Cordeiro¹

Fernanda Malinosky Coelho da Rosa²

Resumo. A pesquisa está, em fase inicial, trata de um tema contemporâneo e uma necessidade cada vez mais presente no interior das Universidades. Para o desenvolvimento fazemos uso de uma pesquisa qualitativa e de cunho etnográfico. O desenvolvimento desse projeto de pesquisa ocorre na linha do ensino e aprendizagem, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, *campus*, Campo Grande. Para tanto, o aluno surdo será observado em sua participação e interação em classe na disciplina de Lógica Matemática, pela visão do pesquisador, mediante produção de dados registrados no diário de campo, serão realizadas entrevistas com o aluno, o professor e o intérprete-tradutor. O estudo analisará também os desafios que o surdo enfrenta ao ingressar na faculdade e como dar continuidade no meio acadêmico (a permanência), conforme recomendado por lei, a didática empregada ao ensinar Lógica Matemática, devido à ausência de sinais convencionados que traduzam as sentenças matemáticas. Espera-se, ao final das análises, compreender alguns aspectos da inclusão deste aluno surdo no curso de Matemática – Licenciatura, isto é, entender as políticas de acesso e permanência na universidade, bem como o processo de escolarização do aluno surdo na disciplina supracitada.

Palavras-chave: Educação Matemática; Aluno Surdo; Educação Superior; Aprendizagem.

Introdução

As motivações para o desenvolvimento da presente pesquisa decorrem da experiência adquirida, no ano de 2011, quando iniciei³ como professora em uma escola estadual na cidade de Junqueirópolis, no interior do estado de São Paulo, em turmas do Ensino Médio. Houve o meu primeiro contato com alunos surdos⁴ durante as aulas, à época tinham três alunos surdos. Em um determinado momento, iniciei o conteúdo de Geometria, o qual várias regras não tinham sinal em Língua Brasileira de Sinais (Libras), evidenciei ausência de sinais

¹ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e-mail: prof.jaquefisica@gmail.com.

² Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; fernanda.malinosky@ufms.br.

³ Cabe esclarecer que toda vez que escrever na 1ª pessoa do plural, refiro-me à minha orientadora e eu, e quando estiver na 1ª pessoa do singular, somente eu.

⁴ Surd@ é a pessoa que por perda auditiva, interage e compreende o mundo por meio de experiências visuais, principalmente por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Libras foi reconhecida em 2002, com a criação da Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, como meio legal de comunicação e expressão, constituindo um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

próprios na língua de sinais que tivessem relação direta com alguns entes matemáticos. Por este motivo o intérprete utilizou o alfabeto datilológico⁵ para adequá-los de modo que o aluno compreendesse. Este contato com o novo começou a transformar minhas didáticas.

A partir deste momento o uso de recursos visuais (giz colorido, setas, figuras etc) tornou-se corriqueiro, mas ainda não era o suficiente para o aprendizado. Fui convidada a participar de um curso de Libras de 100 horas. No decorrer do curso, decidi intensificar o aprendizado da língua de sinais, iniciando o curso de Pós Graduação em Libras, na área da Educação. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, tive a oportunidade de continuar meus estudos com a temática surdez. Ao longo das orientações e discussões nas disciplinas, foi sendo delineada a seguinte questão de pesquisa “Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem no ensino superior de um aluno surdo na disciplina de Lógica Matemática?”.

No que segue, apresentaremos uma breve contextualização da Inclusão, dos documentos legais da Educação Inclusiva, seus avanços no que tange aos direitos dos alunos com deficiência; bem como os dados estatísticos sobre o ingresso de alunos com deficiência no ensino superior; a metodologia e os caminhos percorridos para a elaboração e apresentação da pesquisa.

Inclusão: um breve movimento

Documentos internacionais como, por exemplo, a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* publicada em 1990, em Jomtien na Tailândia, e a Declaração assinada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em 1994, em Salamanca na Espanha, influenciaram as políticas públicas nacionais direcionadas para a educação inclusiva na década de 1990. Publicada há mais de vinte anos, a declaração de Salamanca definiu um dos princípios fundamentais da escola

⁵ “Popularmente conhecido como alfabeto manual, ele serve para soletrar palavras em Libras, como nomes próprios ou palavras de sinal desconhecido” (ZILIO, 2012 p. 40). Por exemplo: expressar nome de pessoas, de lugares, de rótulos, de endereços, números, formando as palavras com nitidez.

inclusiva, defendendo a aprendizagem conjunta de todos os estudantes, independentemente de ter uma necessidade educacional especial⁶ (NEE).

[...] as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com a comunidade (UNESCO, 1994, p. 5).

No ano de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394, que nos artigos 3º e 4º recomenda que o ensino será ministrado com “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e terá o “[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1996, p. 3-4).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva aborda esse tema da seguinte maneira: “[...] educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos” (BRASIL, 2014, p.1) no mesmo espaço educacional, com a finalidade de participação, aprendizagem e continuidade da Educação Infantil ao Ensino Superior.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no Brasil é um dos grandes desafios presentes no sistema educacional, pois as instituições de ensino não deverão apenas incluir, mas proporcionar condições de crescimento pleno ao discente, assegurando-lhe uma educação de qualidade e autônoma⁷ das suas condições físicas, motoras, cognitivas, sensoriais e sua posição social.

A fim de assegurar os direitos das pessoas com deficiência e proporcionar igualdade e não discriminação, algumas respostas vieram em forma de leis, entre elas a Lei 13.146, de 6 de Julho de 2015, cujo Capítulo II, Art. 4, diz: “[...] que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 3).

⁶ É importante ressaltar que essa expressão não é usada como sinônima de “pessoa com deficiência”, mas sim, segundo a Resolução nº 2/2001 (BRASIL, 2001), vem designar uma pessoa com ou sem deficiência que necessita de um auxílio educacional diferenciado por apresentar dificuldades na aprendizagem.

⁷ Uma educação autônoma é aquela que prepare o aluno para buscar conhecimentos de forma independente, não somente pelo professor e que tenha condições de avaliar seu próprio conhecimento (SILVA, 2004).

Inclusão é oferecer a todos, independentemente de como se mostra ao mundo, as oportunidades de aprendizagem, de desenvolvimento para que os resultados almejados sejam alcançados e a igualdade de direito se concretize (BATTISTI, 2007).

A inclusão vai além de oportunizar o ingresso da pessoa no meio, mas é aceitar o outro como é, compreender que esse vai continuar sendo diferente, que se deve respeitar o seu modo de ser e mudar as atitudes em relação a ela, pois, todos sem exceção, têm direito de ir e vir sem nenhum tipo de discriminação (RODRIGUES, 2006).

Mantoan (2005) descreve que a inclusão é a “[...] capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós [...] é estar com, é interagir com o outro” (p. 24). Estar com o surdo é estar com o sujeito que observa o mundo de maneira diferenciada, o seu conhecimento é construído a partir da visão e se comunica em especial por meio das mãos e da expressão facial e corporal.

Dados Estatísticos

Os estudos de Bruno (2011), apoiados na pesquisa desenvolvida por Moreira (2005), relatam que poucos são os dados que abordam a situação dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, indicando carência de políticas públicas voltadas a esse nível de ensino. Este pensamento tem-se voltado somente para a Educação Básica.

Em 2003, apenas 665 deficientes auditivos frequentavam a universidade, já em 2005 esse número aumentou para 2.428 entre universidades públicas e privadas (BRASIL, 2006 p.11). Cabe ressaltar que observamos que no levantamento do Censo Superior apresentado pelo MEC/INEP nos anos mencionados, os dados apresentados mencionam somente a deficiência auditiva⁸ sem que haja uma separação em relação à surdez⁹, surdocegueira¹⁰ etc.

⁸ É o termo utilizado na área da saúde que refere-se a uma pessoa com “[...] perda parcial ou total bilateral, de 25 (vinte e cinco) decibéis (db) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferida nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ.” (BRASIL, 2003, p. 1).

⁹ Considera pessoa surda, aquela que, por ter ausência da capacidade de ouvir compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). (MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2016).

¹⁰ “A surdocegueira refere-se à condição do déficit simultâneo da audição e da visão e a combinação destes leva a uma privação dos dois sentidos responsáveis pela recepção de informações à distância, de ordem temporal, direcional e simbólica.” (CORMEDI, 2011, p.15)

Em relação à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, Rocha e Miranda (2009) apresentam uma estatística realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) apontando um aumento de matrículas e relacionando com os aspectos regionais, mostrando a existência de um grande contraste entre as regiões do país. A pesquisa do INEP no ano de 2007 revela os seguintes dados:

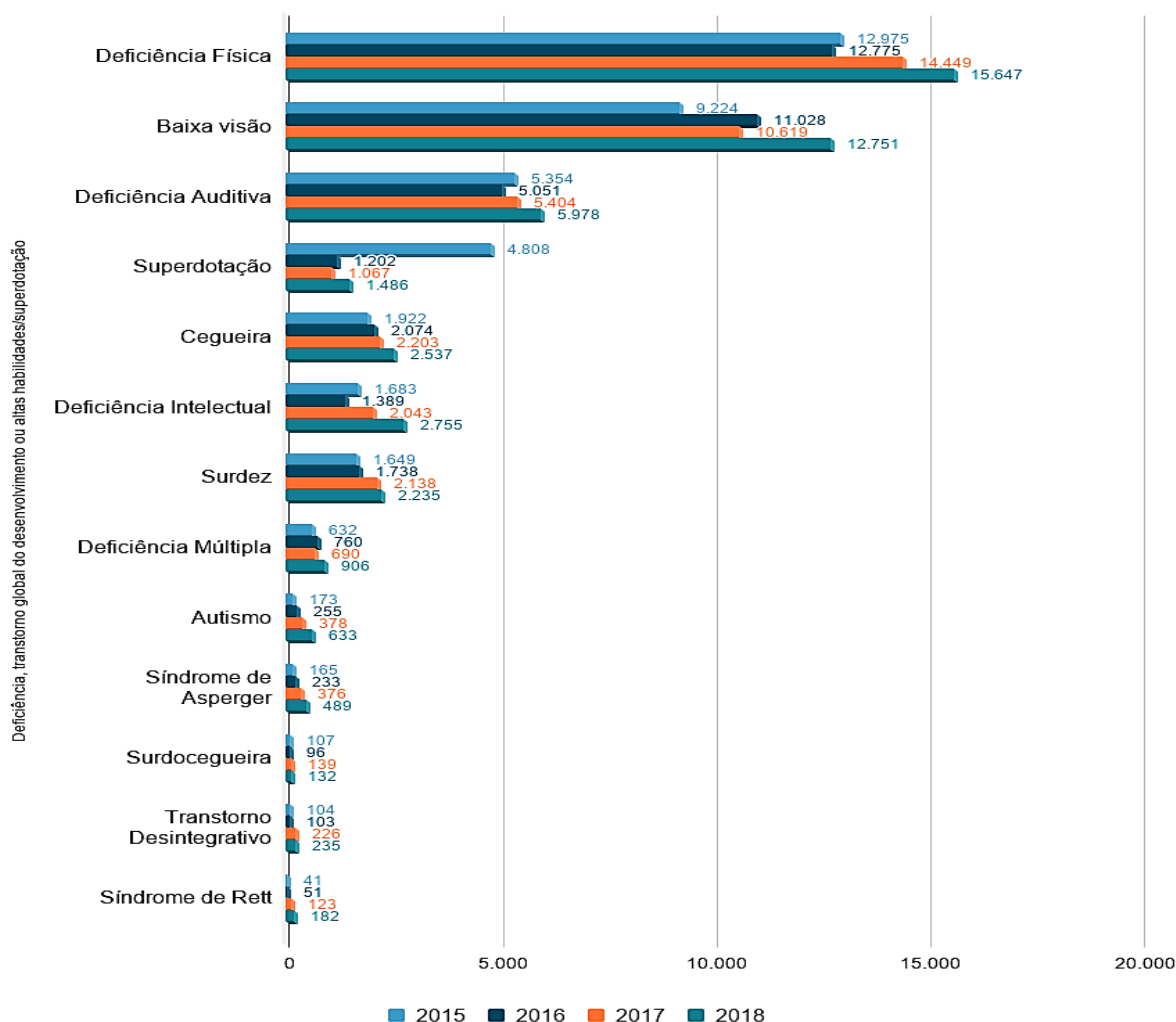
[...] 49% das 6.328 matrículas de alunos com necessidades especiais foram realizadas em Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas na Região Sudeste. A seguir vêm o Sul, com 24% desse total, e o Centro-Oeste, com 14%. O Nordeste e o Norte possuem os menores índices de matriculados, concentrando, respectivamente, 9% e 4% desse universo de estudantes. (ROCHA; MIRANDA, 2009, p.32).

A região Sudeste, portanto, é a que recebe mais alunos com deficiência matriculados em instituições de ensino superior, ao passo que os menores índices estão presentes nas regiões Norte e Nordeste. Ainda assim, o volume justifica quaisquer ações visando melhor atender este público.

Levando em conta especificamente o público surdo, a pesquisa de Santana (2016, p.85), com base no ano de 2013 informou que havia “[...] um total de 29.035 alunos matriculados com alguma deficiência no ensino superior: 1.488 alunos surdos (5,13% do total), 7.037 deficientes auditivos (24,24% do total) e 151 alunos surdocegueira (0,52% do total)”.

Mesmo que a passos lentos, o Brasil vem aumentando a inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino regular. Segundo dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação produzido pelo INEP apresenta o número de matrículas em Cursos de Graduação presencial e a distância de alunos com algum tipo de deficiência, no Ensino Superior Público, Federal, Estadual, Municipal e Privada. O acesso de alunos com alguma deficiência no ensino superior vem aumentando consideravelmente. Desenvolvemos um único gráfico que expõem os dados obtidos no site entre os anos de 2015 e 2018 dados apresentados na Figura 1.

Figura 1. Número de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por tipo de deficiência – no Ensino Superior no Brasil.



Fonte: Elaborado pela Autora com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação produzido pelo INEP, 2019.

Muitas vezes as dificuldades encontradas pelos surdos já começam na infraestrutura: falta de acessibilidade, de segurança, de comunicação, antes mesmo de pontuar as dificuldades pedagógicas. As universidades devem estar adaptadas para receber o público com deficiência. Essa deve ser uma necessidade de atenção primária. O acesso de alunos com alguma deficiência no ensino superior vem aumentando consideravelmente.

O ingresso no ensino superior para muitos ouvintes não é um exercício fácil, ou seja, a construção de novos conhecimentos exige dedicação, além dos *déficits* educacionais adquiridos nas disciplinas (e em Matemática, nosso foco) em anos anteriores. No entanto,

para os surdos o ingresso na universidade é ainda mais árduo, além de muitos terem as mesmas dificuldades dos ouvintes, ainda necessitam superar desafios como: a dificuldade na leitura e na escrita em Língua Portuguesa, segunda língua do surdo, na socialização com os demais acadêmicos, professores etc; em alguns casos, eles têm que lidar com a carência de intérpretes na instituição.

Metodologia

A sociedade vem aos poucos inserindo em suas discussões a importância da inclusão educacional, social e o estudo das diferenças.

Entre diversas metodologias disponíveis, optamos por uma metodologia qualitativa de cunho etnográfico, devido à importância da reflexividade¹¹ da percepção dos integrantes envolvidos no contexto social (SILVA, 2005).

A Etnografia, também ligada à Antropologia e à Sociologia qualitativa, surge como método diferente de pesquisar o campo educacional na década de 1970 do século XX. Ressalta-se que no Brasil, as pesquisadoras Ludke e André são as vanguardistas em abordagens qualitativas da pesquisa em Educação. Tal método investigativo provocou tantas reações negativas como positivas em estudiosos da Educação, por suas múltiplas técnicas inovadoras (GURGEL, 2012).

Spradley (1979) explica que a etnografia “[...] é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo” (p. 3) que deseja entender outro modo de vida, mas do ponto de vista do informante. O trabalho de campo inclui um estudo disciplinado de que maneira o mundo é, como as pessoas aprendem a ver, ouvir, falar, pensar e agir de modos diferentes. Estudar etnografia é mais do que um estudo sobre pessoas, significa “aprendendo com as pessoas”. Spradley cita Malinowsky (1953) que define como etnografia a “[...] compreensão do ponto de vista do outro, sua relação com a vida, bem como a sua visão do mundo” (p. 25).

¹¹ “O princípio da reflexividade pode ser compreendido como uma ação sobre o outro e sobre nós mesmos. Dentro da pesquisa etnográfica há que se perceber as alterações do campo sobre o pesquisador, ao mesmo tempo em que o pesquisador altera o campo estudado.” (SILVA, 2005, p.100).

Para Castro e Mattos (2011), o estudo etnográfico no campo da Antropologia, atualmente é “[...] um recurso metodológico de estranhar, distanciar-se das regras, da visão do mundo e das atitudes legitimadas pela sociedade e por suas instituições, tirando estas da opacidade em que a cultura o coloca” (p. 30).

As metodologias ou os procedimentos não qualificam ou desqualificam uma pesquisa, o que o faz é a rigorosidade, o compromisso, a relevância científica e social, a capacidade do pesquisador em proceder e comunicar aquilo que fez e o que resultou do seu fazer científico. [...] No campo da sócio antropologia e/ou da sociologia da educação, podemos afirmar que existe uma atração entre as áreas de exclusão social e as pesquisas etnográficas, isto é, o “etnoe”, que é um radical grego que significa o outro, escrever sobre o outro, mas na perspectiva dele (CASTRO; MATTOS, 2011, p. 35).

Na pesquisa etnográfica, é necessário que o pesquisador realize a maior parte do trabalho em campo sem intermediário, pois a experiência direta no cenário em estudo nos permite um contato maior com o outro e com a realidade estudada, pois o trabalho de campo deve permitir uma longa submersão na realidade para compreender as; regras, costumes e convicções que dominam a vida do grupo estudado. É importante que o pesquisador tenha experiência com outros povos de outras culturas, para que possa entender melhor a essência do grupo em análise, possa contribuir às experiências adquiridas.

Castro e Mattos (2011) afirmam que “[...] a pesquisa etnográfica tem sido alvo de aproximações com a abordagem sócio antropológica e a área da educação, mais efetivamente nas últimas décadas” (p. 7). Para as autoras, a pesquisa etnográfica possibilita dar voz ao sujeito do fracasso, ao estudante em situação de exclusão e às pessoas em situação de indefensibilidade social.

Desta maneira, esclareço que para o desenvolvimento dessa pesquisa uma vez que válido de vários procedimentos metodológicos de pesquisa etnográfica, não pode ser caracterizado como etnografia. Portanto, trata-se de uma pesquisa de cunho etnográfico uma vez que não realizarei um trabalho de campo observacional intenso e de longo prazo, mas outros princípios desta metodologia de pesquisa, como a reflexividade e o estranhamento, será de suma importância para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

Além disso, utilizamos como base a contribuição de Gil (2008, p. 50) no que se refere à pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos

os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Primeiramente ocorrerá o levantamento bibliográfico, utilizando-se de sites e bibliotecas em instituição de ensino público, depois a leitura e análise de políticas que promovam a inserção no ensino superior do aluno surdo e, garantam sua permanência. Considerando possíveis estudos discutirá os pressupostos Capovilla (2008), Cruz (2009), Perlin (1998), Sá (2009, 2010), Sasaki (1997) e Skliar (1997a, 1997b, 2003, 2005, 2010).

Para a produção de dados, foram realizados registros descritivos de cada aula da disciplina de Lógica Matemática em que um aluno surdo está incluído e entrevistas com o professor e o tradutor intérprete.

As entrevistas foram realizadas por meio de questionários semi estruturados e audiogravadas. Após as entrevistas serem transcritas, os colaboradores da pesquisa, terão a oportunidade de reler a transcrição, acrescentando/retirando (ou não) as partes que desejarem. Ao final, assinarão um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* - (TCLE)¹². Cabe ressaltar que somente após a produção de dados será possível determinar com exatidão, qual será a melhor maneira forma de analisá-los.

Considerações Parciais

Durante as entrevistas pode-se perceber que, o professor da turma também se encontra em momento de aprendizagem. Este, após se deparar com o aluno surdo, busca modificar sua didática em sala, ao compreender o uso da Libras. Em relação ao intérprete, o mesmo se deparou com a ausência de sinais próprios da Libras que tivessem relação direta com alguns entes matemáticos (conectivos lógicos, conectivos condicionais, quantificadores), levando-o a adequá-los de modo que o aluno compreendesse. Há, ainda, a

¹² Trata-se de um documento em formato de convite que possibilita ao pesquisador utilizar os dados oriundos dos sujeitos de suas entrevistas, portanto é explicado o risco e benefícios que o entrevistado terá. Ao término, entrevistado autoriza o uso dos dados para serem inseridos no projeto do pesquisador.

possibilidade de entrevista com um familiar do aluno e com alguns alunos que cursaram Lógica junto com o aluno surdo.

Espera-se que além de apontar possíveis avanços e retrocessos no processo de escolarização de um aluno surdo na universidade em questão, possa contribuir com as pesquisas relacionadas com a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva no Estado de Mato Grosso do Sul e no âmbito nacional.

Referências

- BATTISTI, C. M. **Inclusão: história e legislação**. Cerro Grande, RS. 2007. In: www.agora.ceedo.com.br.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2/2001 de 11 de setembro de 2001**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 08 jun. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Resolução Nº 17, de 8 de outubro de 2003**, que dispõe sobre a nova redação da caracterização das deficiências auditiva e visual para o art. 4º, do Decreto 3.298/99. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/dou2003/prres172003.html>. Acesso em: 14 nov. de 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BRASIL. **Evolução da educação especial no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. 15p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acessado em: 14 de jun. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília, DF. 2015. 35 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2014; 2015; 2016; 2017**.

- Brasília, DF: Inep, 2015; 2016; 2017; 2018. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 out. 2019.
- BRUNO, M. M. G. Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 92, n. 232, 2011 p. 542-556.
- CAPOVILLA, F. C.; MAZZA, C. R. Z. **Transtornos de aprendizagem**: da avaliação à reabilitação. In: SENNYEY, A. L.; CAPOVILLA, F. C.; MONTIEL, J. M. (Org.). **Transtornos de aprendizagem**: da avaliação à reabilitação. São Paulo, SP: Artes Médicas, 2008 p. 179–193.
- CRUZ, J. I. G.; DIAS, T. R. S. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p. 65-80, jan.-abr. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100006&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. de 2019.
- CORMEDI, M. A. **Alicerces de significados e sentidos**: aquisição de linguagem na surdocegueira congênita. 2011. 402 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, SP, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
- GURGEL, C. M. A. Pesquisa etnográfica e educação matemática: processo, contextualização e construção. **Revista Linhas**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em:
<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1257/1069>>. Acesso em: 05 out. 2019.
- MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência, Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2005. 235p.
- MATTOS, C. L. G. **Estudos etnográficos da educação**: uma revisão de tendências no Brasil. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (Org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011. pp. 25-48. (ISBN 978-85-7879-190-2). Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-02.pdf>> Acesso em 19 nov. 2019.
- MONTEIRO, R.; SILVA, D. N. H.; RATNER, C. Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, DF, v. 32, 2016.
- MOREIRA, L. C. **Universidades e alunos com necessidades educacionais especiais**: das ações institucionais às práticas pedagógicas. São Paulo, SP, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), 2004.
- PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org) **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. **A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior**: uma análise de seu acesso e permanência. In: DIAZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador, BH: EDUFBA, 2009. pp. 27-37.
- RODRIGUES, D. (Org). **Inclusão e educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. 320p.

- SÁ, N. R. L. O professor de LIBRAS no ensino superior: reflexões sobre seleção e atuação. **Anais do 6. Congresso Internacional de Educação**. N.1, 2009. São Leopoldo: Casa Leiria: Unisinos, 2009.
- SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2010. 368p.
- SANTANA, A. P. A inclusão do surdo no ensino superior no Brasil. **Revista de Pesquisas em Necessidades Educativas Especiais**, v.16, n.1, p.85-88, 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12128>> Acesso em: 05 jul. 2019.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176p.
- SKLIAR, C. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997a.
- SKLIAR, C. A educação para os surdos entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças. In: Seminário do INES: Desafios e possibilidades na educação bilíngue para surdos. **Anais...** Rio de Janeiro: Ed. Littera Maciel, 1997b. p. 32–47.
- SKLIAR, C. **A pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 224p.
- SKLIAR, C. La identidad y la respuesta por la alteridad en el ámbito de la formación docente universitaria. Palestra no **IX Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para surdos**, Cuba, Havana: 2005.
- SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010b (4.a ed.) 192p.
- SILVA, A. C. R. Educação a distância e o seu grande desafio: o aluno como sujeito de sua própria Aprendizagem. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, 11., 2004, Bahia. **Anais...** Bahia, BH: Faculdade Baiana de Ciências. FABAC, 2004. p.1-9. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/012-TC-A2.htm>> Acesso em: 12 de nov. 2019.
- SILVA, I. R. **As representações do surdo na escola e na família: entre a (in)visibilização da diferença e da “deficiência”**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, SP, 2005.
- SPRADLEY, J. **The ethnographic interview**. Forth Worth: Hancourt Brace Jovanovich College, 1979. 247p.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.
- ZILIO, V. M. A língua surda. In: LOPES, M. C. (Org.). **Cultura surda e Libras**. 1ª ed. São Leopoldo: EDITORA UNISINOS, 2012, v. 1, p. 19-26.